Docusign Envelope ID: DF5A6BDE-6C70-460B-98C9-8EC6081E6F29

TERTÚLIA PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A.

CNPJ: 39.763.902/0001-15

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

Mensagem da Administração

A Tertúlia Participações e Administração S.A. apresenta aos seus acionistas e ao mercado em geral o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Como uma holding não operacional, nossa atuação concentra-se na gestão da participação societária, alocação de capital e acompanhamento da Companhia investida, a Prolagos S.A. As demonstrações Financeiras da Companhia e da investida Prolagos podem ser encontradas no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM: https://sistemas.cvm.gov.br/

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Caixa e equivalentes de caixa	5	144	113	9.505	5.436
Aplicações financeiras	6	–	–	126.862	256.939
Contas a receber de clientes	7	–	–	180.722	161.206
Estoques		–	–	5.661	4.676
Tributos a recuperar		–	–	199	199
Outros créditos		–	–	5.243	3.294
Total do ativo circulante		144	113	328.192	431.750
Aplicações financeiras	6	–	–	8.044	8.245
Contas a receber de clientes	7	–	–	72.150	65.944
Tributos a recuperar		–	–	29	29
Depósitos judiciais	15	–	–	29.404	23.773
Outros créditos		–	–	43	17
Total do realizável a longo prazo		–	–	109.670	98.008
Investimento	9	523.136	521.751	–	–
Imobilizado		–	–	76.191	5.414
Ativo de contrato da concessão	10	–	–	41.058	100.674
Intangível	11	–	–	806.593	651.657
Total do ativo não circulante		523.136	521.751	1.033.512	855.753
Total do ativo		523.280	521.864	1.361.704	1.287.503

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Fornecedores e empreiteiros	12	17	–	44.660	25.631
Financiamentos e debêntures	13	–	–	33.664	79.209
Obrigações trabalhistas e sociais		–	–	8.822	6.725
Obrigações fiscais		–	–	4.141	6.032
Imposto de renda e contribuição social		–	–	19.189	17.106
Outras contas a pagar	14	–	–	13.640	3.724
Total do passivo circulante		17	–	124.116	138.427
Fornecedores e empreiteiros	12	–	–	3.393	8.686
Financiamentos e debêntures	13	–	–	605.699	575.369
Passivo fiscal diferido	20 b.	–	–	33.138	31.654
Provisões	15	–	–	7.182	10.276
Outras contas a pagar	14	–	–	64.913	1.227
Total do passivo não circulante		–	–	714.325	627.212
Total do passivo		17	–	838.441	765.639
Patrimônio líquido	16				
Capital social		1.675	1.675	1.675	1.675
Custo com emissão de novas ações		(13.030)	(13.030)	(13.030)	(13.030)
Dividendos adicionais propostos		33.443	32.044	33.443	32.044
Reserva de capital		499.500	499.500	499.500	499.500
Reserva de lucros		1.675	1.675	1.675	1.675
Total do patrimônio líquido		523.263	521.864	523.263	521.864
Total do passivo e patrimônio líquido		523.280	521.864	1.361.704	1.287.503

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Receita operacional líquida	17	–	–	726.541	630.908
Custos dos serviços prestados	18	–	–	(298.977)	(227.198)
Lucro bruto		–	–	427.564	403.710
Despesas administrativas e gerais	18	(168)	(7)	(77.816)	(76.164)
Outras receitas operacionais		–	–	435	85
Outras despesas operacionais		–	–	(24)	(8)
Resultado de equivalência patrimonial	9	161.535	157.514	–	–
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		161.367	157.507	350.159	327.623
Receitas financeiras	19	34	2	43.368	29.842
Despesas financeiras	19	(4)	(2)	(151.315)	(121.689)
Resultado financeiro		30	–	(107.947)	(91.847)
Resultado antes dos tributos		161.397	157.507	242.212	235.776
Imposto de renda e contribuição social corrente	20 a.	–	–	(79.331)	(78.154)
Imposto de renda e contribuição x social diferido	20 a.	–	–	(1.484)	(115)
Lucro líquido do exercício		161.397	157.507	161.397	157.507

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Lucro líquido do exercício	161.397	157.507	161.397	157.507
Resultado abrangente total	161.397	157.507	161.397	157.507

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

						Reservas de lucros			
	Nota	**Capital social**	**Custo com emissão de novas ações**	**Reserva de Capital**	**Dividendos adicionais propostos**	**Legal**	**Retenção de lucros**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2023		1.675	(13.030)	499.500	13.538	335	1.340	–	503.358
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	157.507	157.507
Destinação:									
Dividendos intercalares	16 d.	–	–	–	–	–	–	(124.123)	(124.123)
Dividendos Intermediários	16 d.	–	–	–	(13.538)	–	(1.340)	–	(14.878)
Dividendos adicionais propostos	16 d.	–	–	–	32.044	–	–	(32.044)	–
Lucros retidos	16 e.	–	–	–	–	–	1.340	(1.340)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.675	(13.030)	499.500	32.044	335	1.340	–	521.864
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	161.397	161.397
Destinação:									
Dividendos intercalares	16 d.	–	–	–	–	–	–	(126.614)	(126.614)
Dividendos Intermediários	16 d.	–	–	–	(32.044)	–	(1.340)	–	(33.384)
Dividendos adicionais propostos	16 d.	–	–	–	33.443	–	–	(33.443)	–
Lucros retidos	16 e.	–	–	–	–	–	1.340	(1.340)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.675	(13.030)	499.500	33.443	335	1.340	–	523.263

Demonstração do fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes dos tributos		161.397	157.507	242.212	235.776
Ajustes para:					
Amortização e depreciação	18	–	–	74.413	56.343
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais	15 e 18	–	–	4.634	3.762
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	7 e 18	–	–	1.449	100
Baixa de títulos do contas a receber	7 e 18	–	–	4.041	9.328
Margem de construção ativo intangível	10 *(i)*	–	–	(3.179)	–
Rendimentos de aplicações financeiras	19	–	–	(28.571)	(19.265)
Encargos sobre financiamentos e debêntures	13 e 19	–	–	72.182	57.164
Amortização custo de captação	13 e 19	–	–	2.327	2.668
Ajuste a valor presente de clientes	7 e 19	–	–	3.781	8.379
Atualização monetária de riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais	15	–	–	(1.213)	713
Resultado de equivalência patrimonial	9	(161.535)	(157.514)	–	–
Juros de arrendamentos	14 *(i)* e 19	–	–	4.720	155
		(138)	(7)	376.796	355.123
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento) / Diminuição dos ativos					
Contas a receber de clientes		–	–	(34.993)	(35.444)
Estoques		–	–	(985)	(124)
Tributos a recuperar		–	–	4.787	(442)
Depósitos judiciais		–	–	(5.631)	6.680
Outros créditos		–	–	(3.102)	(1.580)
Aumento/(Diminuição) dos passivos					
Fornecedores e empreiteiros		17	–	13.736	1.691
Obrigações trabalhistas e sociais		–	–	2.097	594
Obrigações fiscais		–	–	(1.891)	567
Pagamento de riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais	15	–	–	(5.388)	(4.510)
Outras contas a pagar		–	–	1.437	(8)
Juros pagos	13	–	–	(70.278)	(49.992)
Imposto de renda e contribuição social pagos	20 a.	–	–	(70.910)	(73.241)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais		(121)	(7)	205.675	199.314
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aplicações financeiras, líquidas		–	–	129.628	(162.867)
Juros recebidos		–	–	23.432	11.822
Dividendos recebidos		160.150	139.001	–	–
Aquisição de ativo de contrato da concessão	10	–	–	(153.001)	(92.826)
Aquisição de imobilizado		–	–	(691)	(731)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento		160.150	139.001	(632)	(244.602)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Financiamentos e debêntures captadas	13	–	–	45.000	416.939
Custo na captação de financiamentos e debêntures	13	–	–	(844)	(4.598)
Financiamentos e debêntures pagas	13	–	–	(68.382)	(226.043)
Pagamentos de arrendamentos	14 *(i)*	–	–	(16.750)	(1.455)
Dividendos pagos	16 d.	(159.998)	(139.001)	(159.998)	(139.001)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento		(159.998)	(139.001)	(200.974)	45.842
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		31	(7)	4.069	554
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	113	120	5.436	4.882
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	144	113	9.505	5.436
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		31	(7)	4.069	554

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional: A Tertúlia Participações e Administração S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações fechada, com sede em São Paulo/SP, constituída em 23 de outubro de 2020 e têm por objeto social a participação e administração de investimentos em outras sociedades e/ou empreendimentos de qualquer natureza na qualidade de sócia ou acionista. As demonstrações financeiras abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como 'Grupo'). O Grupo tem por objeto social a construção, a operação e a ampliação de instalações e fornecimento de água potável, as atividades de coleta e tratamento de esgotos sanitários, a prestação das atividades de gestão comercial dos serviços de abastecimento de água, prestação de serviços de implantação, operação e manutenção dos resíduos sólidos. Segmento Operacional: A Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que sua controlada opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional. **2. Entidades do grupo:** A tabela abaixo apresenta as participações da Companhia no quadro acionário total de sua controlada, bem como sua atividade:

				% de Participação	
				2024	**2023**
Controlada	**Atividades Principais**	**Contrato de concessão ou edital nº**	**Data de término da concessão**	**Direta**	**Direta**
Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto ("Prolagos")	Concessão Água e Esgoto	CN 04/96	05/2041	100%	100%

3. Base de preparação: a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("Grupo") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2025. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Companhia na sua gestão. b) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. c) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente, quando aplicável. As informações sobre julgamentos relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens: • Reconhecimento e mensuração de perdas de crédito esperadas (nota explicativa nº 7); • Reconhecimento de receita a faturar (nota explicativa nº 7); • Definição de vida útil do ativo imobilizado; • Definição de vida útil do ativo intangível (nota explicativa nº 11); • Reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das potenciais saídas de recursos (nota explicativa nº 15); e • Reconhecimento de ativos fiscais diferidos (nota explicativa nº 20). d) Base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 21. **4. Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. a) Base de consolidação: *(i) Controladas:* As demonstrações financeiras das controladas, conforme nota explicativa nº 3, são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, o resultado do exercício da controlada é reconhecido através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis da controlada na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras. *(ii) Participação de acionistas não-controladores:* Para cada combinação de negócios, a Companhia elege mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida, utilizando um dos seguintes critérios: • Pelo valor justo; ou • Pela participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações com acionistas em sua capacidade de acionistas. *(iii) Perda de controle e de influência significativa:* Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos, incluindo qualquer mais-valia, e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido, incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas. Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. *(iv) Transações eliminadas na consolidação:* Saldos e transações entre empresas controladas pela Companhia, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. b) Arrendamentos: O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. *Ativos de direito de uso:* O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. *Passivos de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Além disso, o Grupo também aplica a isenção de reconhecimento para os ativos de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. c) Ativos intangíveis: O Grupo possui como ativos intangíveis itens relacionados ao Contrato de Concessão de Serviços e direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item "e". São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, sendo esta calculada de acordo com a vida útil estimada do ativo ou prazo da concessão, dos dois o menor. d) Redução ao valor recuperável (impairment): *(i) Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:* O Grupo, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que a contraparte pague integralmente suas obrigações de crédito. *Mensuração das perdas de crédito esperadas:* As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). A Companhia determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões. *Ativos financeiros com problemas de recuperação:* Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso para cada período dentro da sua categoria; • Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. *Baixa:* O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro. *Contas a receber de clientes:* Para o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados ao contas a receber, são consideradas premissas, as quais são as principais fontes de incerteza da estimativa. As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses, ajustadas por eventos futuros relevantes esperados. O Grupo realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes privados, públicos e renegociados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência. As alterações de exposição do Grupo ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 21. *(ii) Ativos não financeiros:* Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação é realizado o teste de redução ao valor recuperável do ativo. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos de alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. e) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura: A concessionária do Grupo aplicou a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo, (quando aplicável), dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. O Grupo reconhece para alguns contratos um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber um montante financeiro ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos financiamentos e debêntures atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor. f) Capitalização dos custos dos financiamentos e debêntures: Os custos dos financiamentos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria. g) Benefícios a empregados: *(i) Benefício de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. *(ii) Benefício pós-emprego - Planos de saúde:* O Grupo oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia e suas controladas são copatrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia e suas controladas são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuário independente. h) Provisões: Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Caso uma divulgação possa prejudicar seriamente a posição do Grupo, essa informação não é divulgada. i) Receita de contrato com cliente: O Grupo reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita do Grupo estão descritas a seguir: *(i) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto:* A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação, sendo: captação, adução, tratamento e distribuição de água, sendo reconhecida por ocasião da aferição do volume consumido pelos clientes. A receita relacionada ao tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação, sendo: coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo faturada através do volume medido de esgoto tratado e/ou por meio da paridade com água. *(ii) Outros serviços indiretos de água e esgoto:* A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se, principalmente à prestação de serviços de ligação de água ou esgoto, instalações de hidrômetros e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado e, a receita, reconhecida neste momento. *(iii) Receita a faturar de serviços de água e esgoto:* As receitas ainda não faturadas são calculadas com base na média de consumo dos clientes, aplicando a proporção correspondente aos

continua →

DocuSigned by
Estadão
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 29/03/2025 | 00:32:51 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DF5A6BDE-6C70-460B-98C9-8EC6081E6F29

continuação

TERTÚLIA PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A. - Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

dias de consumo que irão compor o faturamento do mês seguinte, mas que, em obediência ao princípio da competência, são reconhecidos no mês em que houve o efetivo consumo e sendo contabilizadas na conta de receitas a faturar. *(iv) Receitas de construção ativo intangível:* A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria dos contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos financiamentos e debêntures atribuíveis a esse ativo. A Controlada da Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero. i) Tributos: *(i) Imposto de renda e contribuição social:* O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. *Tributo corrente:* O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. *Tributo diferido:* O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. *Exposições fiscais:* Na determinação do Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda tenha que ser realizado. O Grupo acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam o Grupo a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. *(ii) Tributos sobre prestações de serviços:* O PIS e COFINS do exercício são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados nas operações da Companhia. O PIS e COFINS diferidos no Balanço Patrimonial compreendem a proporção das receitas que não foram recebidas das operações com Órgãos Públicos, se mantendo assim até o momento do efetivo recebimento das receitas que lhe deram origem, quando o recolhimento será realizado, de acordo com a legislação fiscal vigente. j) Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. *(i) Reconhecimento e mensuração inicial: Ativos financeiros:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. *Passivos financeiros:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. *(ii) Mensuração subsequente: Ativos financeiros:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros do Grupo são classificados em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. *Passivos financeiros:* Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros do Grupo são classificados na seguinte categoria: • Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. *(i) Desreconhecimento: Ativos financeiros:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiram uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiram o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebram um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, retiveram os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. *Passivos financeiros:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *(ii) Compensação.* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. *(iii) Hierarquia do valor justo:* Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. *(iv) Receitas financeiras e despesas financeiras:* As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras e juros e multa recebidos ou auferidos. As despesas financeiras abrangem despesas com encargos sobre financiamentos e debêntures, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias e ajuste a valor presente de clientes. k) Determinação do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo. l) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024: O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes. Alterações no CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias, tais como: • Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações no CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e no CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações, esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Grupo. m) Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • CPC 26 (R1): Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras; • CPC 36 (R3): Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações; • Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Contábeis Internacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa	–	–	20	18
Bancos conta movimento	144	113	9.485	5.418
	144	113	9.505	5.436

6. Aplicações financeiras:

Modalidade	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	29.909	130.050
Fundo de Investimento Safira	104.997	135.134
	134.906	265.184
Circulante	126.862	256.939
Não circulante	8.044	8.245

A rentabilidade média das aplicações financeiras é de 103,18% do Certificado de Depósito Interbancário CDI em 31 de dezembro de 2024 (102,33% do CDI em 31 de dezembro de 2023). A carteira do fundo de investimento onde o Grupo detém cotas, corresponde a aplicações em outros fundos de investimento multimercado de crédito privado, não exclusivos. O fundo é registrado junto à CVM. O montante apresentado no ativo não circulante pelo Grupo é mantido para cumprimento de obrigações relacionadas a cláusulas contratuais que determinam, em alguns casos, a manutenção em conta reserva, durante toda a vigência dos contratos de financiamentos, de saldo equivalente a, pelo menos, três contraprestações mensais. A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros.

7. Contas a receber de clientes:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Serviços de água e esgoto	144.550	125.544
Renegociações	128.564	121.846
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	21.525	20.078
(–) Perdas de crédito esperadas	(41.767)	(40.318)
	252.872	227.150
Circulante	180.722	161.206
Não circulante	72.150	65.944

Os vencimentos das contas a receber dos serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão assim representados:

	Consolidado						
		Saldos vencidos					
Classe de consumidor	Saldos a vencer	Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias	Mais de 731 dias	Total	Saldo em 2024
Residencial	33.956	46.444	20.774	–	–	67.218	101.174
Comercial	11.885	10.201	4.041	–	–	14.242	26.127
Industrial	716	318	204	–	–	522	1.238
Setor público	3.414	7.007	4.102	1.488	–	12.597	16.011
Subtotal consumidores	49.971	63.970	29.121	1.488	–	94.579	144.550
Renegociações *(i)*	112.055	7.511	5.357	3.329	312	16.509	128.564
	162.026	71.481	34.478	4.817	312	111.088	273.114

	Consolidado						
		Saldos vencidos					
Classe de consumidor	Saldos a vencer	Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias	Mais de 731 dias	Total	Saldo em 2023
Residencial	34.508	42.485	18.653	–	–	61.138	95.646
Comercial	9.129	8.977	3.763	–	–	12.740	21.869
Industrial	67	216	38	–	–	254	321
Setor público	2.591	3.808	1.051	258	–	5.117	7.708
Subtotal consumidores	46.295	55.486	23.505	258	–	79.249	125.544
Renegociações *(i)*	106.583	8.763	3.831	2.558	111	15.263	121.846
	152.878	64.249	27.336	2.816	111	94.512	247.390

(i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2024 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R$ 25.509 calculados individualmente para cada fatura com base na taxa média de 9,87% a.a. (R$ 21.728 e 9,19% a.a. em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024, foram registrados no resultado do exercício o montante líquido de R$ 3.781 de ajuste a valor presente (R$ 8.379 em 31 de dezembro de 2023). As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes têm as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Consolidado			
		Resultado		
Natureza	Saldo em 2023	Adições	Reversões	Saldo em 2024
Privado *(ii)*	(26.617)	(36.667)	36.415	(26.869)
Público	(984)	(567)	652	(899)
Renegociações	(12.717)	(11.781)	10.499	(13.999)
	(40.318)	(49.015)	47.566	(41.767)

	Consolidado			
		Resultado		
Natureza	Saldo em 2022 (Não auditado)	Adições	Reversões	Saldo em 2023
Privado *(ii)*	(22.873)	(36.693)	32.949	(26.617)
Público	(1.178)	(548)	742	(984)
Renegociações	(16.167)	(7.769)	11.219	(12.717)
	(40.218)	(45.010)	44.910	(40.318)

As baixas e recuperações de títulos têm as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Consolidado		
		Resultado	
Natureza	Baixas	Recuperações *(iii)*	Total em 2024
Privado *(ii)*	(34.972)	30.000	(4.972)
Público	(684)	602	(82)
Renegociações	(11.162)	12.175	1.013
	(46.818)	42.777	(4.041)

	Consolidado		
		Resultado	
Natureza	Baixas	Recuperações *(iii)*	Total em 2023
Privado *(ii)*	(32.793)	22.533	(10.260)
Público	(361)	637	276
Renegociações	(10.971)	11.627	656
	(44.125)	34.797	(9.328)

(ii) O grupo compreende as categorias residencial, comercial e industrial. *(iii)* Títulos anteriormente baixados para o resultado, foram recuperados com ação do Grupo por meio de cobranças e acordos que resultaram em novos parcelamentos ou recebimento de caixa. **8. Transações com partes relacionadas:** Remuneração de pessoal-chave da administração: As remunerações fixas e variáveis das pessoas-chave estão registradas no resultado do exercício pelo regime de competência, e incluem salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2024, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R$ 10.075 (R$ 3.138 em 31 de dezembro de 2023) no consolidado. Controladora: A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações S.A. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm 57% das ações que representam o seu capital social. A Companhia também tem como Acionista a Projeto Lake S.A. que detêm 43% das ações que representam o seu capital social. Outras transações com partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas e ou companhias a eles relacionadas e companhias do mesmo grupo econômico, e tais transações são realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes. As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Ativo circulante		
Aplicações financeiras		
Itaú Unibanco S.A.	8.044	8.245
Adiantamento a fornecedores		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (f)	3.525	1.491
Outros créditos partes relacionadas		
Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan (g)	27	–
Rio Negro Ambiental, Captação, tratamento e dist. Água SPE - S.A. (g)	311	–
	338	–
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo de contrato da concessão no exercício		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	27.398	–
Aesan Engenharia e Participações Ltda. (c)	15.987	23.836
	43.385	23.836
	55.292	33.572
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 12)		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	14.521	–
Aesan Engenharia e Participações Ltda. (c)	–	6.321
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	175	163
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	20	1.066
	14.716	7.550
Debêntures		
Itaú Unibanco S.A. (e)	108	–
Outras contas a pagar partes relacionadas (nota explicativa nº 14)		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (g)	–	33
Águas do Rio 4 SPE S.A. (g)	85	–
Águas do Rio 1 SPE S.A. (g)	1.169	–
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (g)	–	33
	1.254	66
	16.078	7.616
Resultado do exercício		
Custos e despesas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	(28.735)	(24.412)
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	(2.053)	(1.897)
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	(1.726)	(10.970)
	(32.514)	(37.279)
Receitas financeiras		
Itaú Unibanco S.A. (d)	839	1.467
Despesas financeiras		
Itaú Unibanco S.A. (e)	(532)	(430)
	(32.207)	(36.242)

(a) Refere-se a serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, tributário, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita, tecnologia da informação e serviços administrativos e à contratação de serviços associados a obras de construção e ampliação de redes de águas e esgotamento sanitário. (b) Refere-se a serviços de implementação e manutenção de software prestados pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. e serviços de locação de veículos prestados pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (c) Refere-se à contratação de serviços associados a obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário. (d) Refere-se aos rendimentos com aplicações financeiras. (e) Refere-se a emissão de debêntures em posse do Itaú Unibanco S.A., além de despesas e juros incorridos reconhecido resultado do exercício. (f) Adiantamentos financeiros reconhecidos em outros créditos no ativo circulante. (g) Refere-se ao repasse de gastos administrativos e operacionais.

9. Investimento: a) Composição dos saldos:

	Controladora 2024	Controladora 2023
Investimentos	523.136	521.751

b) Composição dos investimentos:

	Capital Social	Participação	Total do ativo da controlada	Total do passivo da controlada	Resultado da controlada	Patrimônio líquido da investida em 31 de dezembro de 2024	Investimento em 31 de dezembro de 2024
Prologos	376.353	100,00%	1.361.559	838.423	161.534	523.136	523.136
Valor do investimento em 31 de dezembro de 2024							523.136

	Capital Social	Participação	Total do ativo da controlada	Total do passivo da controlada	Resultado da controlada	Patrimônio líquido da investida em 31 de dezembro de 2024	Investimento em 31 de dezembro de 2023
Prologos	376.353	100,00%	1.287.390	765.639	157.514	521.751	521.751
Valor do investimento em 31 de dezembro de 2023							521.751

c) Movimentação dos investimentos:

	Investimento em 31 de dezembro de 2023	Equivalência patrimonial	Dividendos	Investimento em 31 de dezembro de 2024
Prologos	521.751	161.535	(160.150)	523.136

	Investimento em 31 de dezembro de 2022 (Não auditado)	Equivalência patrimonial	Dividendos	Investimento em 31 de dezembro de 2023
Prologos	503.238	157.514	(139.001)	521.751

10. Ativo de contrato da concessão:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Ativo de contrato da concessão	41.058	100.674

	Consolidado			
	2023	2024		
	Custo	Adições *(i)*	Transferências	Custo
Ativo de contrato da concessão	100.674	162.130	(221.746)	41.058

	Consolidado			
	2022 (Não auditado)	2023		
	Custo	Adições *(i)*	Transferências	Custo
Ativo de contrato da concessão	55.904	101.316	(56.546)	100.674

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi reconhecido a margem de construção no valor de R$ 3.179 e juros sobre financiamentos e debêntures nos ativos qualificáveis foram capitalizados R$ 4.780 a uma taxa média de 12,60% a.a. (R$ 8.490 e 12,52% a.a. em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, os custos de arrendamento são capitalizados nos ativos aos quais estão diretamente ligados, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram capitalizados R$ 1.170 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2023). **11. Intangível:** Os valores registrados a título de intangível referem-se, substancialmente, ao direito de exploração da infraestrutura da concessão e apresenta as seguintes composições: a) Composição dos saldos:

			Consolidado 2024			Consolidado 2023
Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	Custo	(–) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga/Contrato de concessão	43	2,3%	10.417	(4.161)	6.256	6.672
Instalações técnicas de saneamento	de 05 a 42	4,7%	846.646	(387.074)	459.572	438.474
Edificações de estações de tratamento	de 05 a 28	5,0%	334.436	(60.665)	273.771	159.204
Máquinas e equipamentos	de 05 a 28	6,3%	97.615	(33.248)	64.367	45.963
Outros componentes	de 10 a 24	6,7%	2.752	(319)	2.433	938
			1.291.866	(485.467)	806.399	651.251
Software						
Licença de uso de *Software*	03	33,3%	1.946	(1.752)	194	406
			1.946	(1.752)	194	406
			1.293.812	(487.219)	806.593	651.657

			Consolidado 2023			Consolidado 2022 (Não auditado)
Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	Custo	(–) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga/Contrato de concessão	43	2,3%	10.417	(3.745)	6.672	7.088
Instalações técnicas de saneamento	de 03 a 42	4,7%	785.355	(346.881)	438.474	443.190
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 28	4,5%	205.145	(45.941)	159.204	155.974
Máquinas e equipamentos	de 05 a 28	6,1%	73.537	(27.574)	45.963	42.110
Outros componentes	de 10 a 24	6,6%	1.138	(200)	938	678
			1.075.592	(424.341)	651.251	649.040
Software						
Licença de uso de *Software*	03	33,3%	1.810	(1.404)	406	762
			1.810	(1.404)	406	762
			1.077.402	(425.745)	651.657	649.802

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 86422304772
Data/Hora da Assinatura: 29/03/2025 | 00:32:58 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DF5A6BDE-6C70-460B-98C9-8EC6081E6F29

continuação

TERTÚLIA PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A. - Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

b) Movimentação dos custos:

	Consolidado			
	2023	2024		
Ativo	**Custo**	**Adições**	**Transferências**	**Custo**
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga/Contrato de concessão	10.417	–	–	10.417
Instalações técnicas de saneamento	785.355	61.291	–	846.646
Edificações de estações de tratamento	205.145	134.627	(5.336)	334.436
Máquinas e equipamentos	73.537	24.078	–	97.615
Outros componentes	1.138	1.614	–	2.752
	1.075.592	221.610	(5.336)	1.291.866
Software				
Licença de uso de *Software*	1.810	136	–	1.946
	1.810	136	–	1.946
	1.077.402	221.746	(5.336)	1.293.812

	Consolidado		
	2022 (Não auditado)	2023	
Ativo	**Custo**	**Adições**	**Custo**
Direito de exploração da infraestrutura			
Outorga/Contrato de concessão	10.417	–	10.417
Instalações técnicas de saneamento	750.114	35.241	785.355
Edificações de estações de tratamento	192.378	12.767	205.145
Máquinas e equipamentos	65.342	8.195	73.537
Outros componentes	808	330	1.138
	1.019.059	56.533	1.075.592
Software			
Licença de uso de *Software*	1.797	13	1.810
	1.797	13	1.810
	1.020.856	56.546	1.077.402

c) Movimentação das amortizações:

	Consolidado		
	2023	2024	
Ativo	**Amortização acumulada**	**Adições**	**Amortização acumulada**
Direito de exploração da infraestrutura			
Outorga/Contrato de concessão	(3.745)	(416)	(4.161)
Instalações técnicas de saneamento	(346.881)	(40.193)	(387.074)
Edificações de estações de tratamento	(45.941)	(14.724)	(60.665)
Máquinas e equipamentos	(27.574)	(5.674)	(33.248)
Outros componentes	(200)	(119)	(319)
	(424.341)	(61.126)	(485.467)
Software			
Licença de uso de *Software*	(1.404)	(348)	(1.752)
	(1.404)	(348)	(1.752)
	(425.745)	(61.474)	(487.219)

	Consolidado		
	2022 (Não auditado)	2023	
Ativo	**Amortização acumulada**	**Adições**	**Amortização acumulada**
Direito de exploração da infraestrutura			
Outorga/Contrato de concessão	(3.329)	(416)	(3.745)
Instalações técnicas de saneamento	(306.924)	(39.957)	(346.881)
Edificações de estações de tratamento	(36.404)	(9.537)	(45.941)
Máquinas e equipamentos	(23.232)	(4.342)	(27.574)
Outros componentes	(130)	(70)	(200)
	(370.019)	(54.322)	(424.341)
Software			
Licença de uso de *Software*	(1.035)	(369)	(1.404)
	(1.035)	(369)	(1.404)
	(371.054)	(54.691)	(425.745)

A Companhia não identificou qualquer indicativo que justificasse a necessidade de reavaliar a vida útil dos bens em 31 de dezembro de 2024.

12. Fornecedores e empreiteiros:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores de materiais e serviços	17	–	33.337	26.767
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	–	–	14.716	7.550
	17	–	48.053	34.317
Circulante	17	–	44.660	25.631
Não circulante	–	–	3.393	8.686

13. Financiamentos e debêntures:

					Consolidado	
Modalidade	**Encargos**	**Vencimento final dos contratos**	**Valor contratado**	**Valor Desembolsado**	**2024**	**2023**
Projeto BNDES	SELIC + 3,13% a.a. | TJLP + de 2,75% a.a. a 3,43% a.a.	Novembro/2025 a novembro/2035	302.969	292.992	229.683	195.545
Debêntures	CDI + 2,58% a.a.	Outubro/2028	400.000	400.000	409.680	459.033
					639.363	654.578
Circulante					33.664	79.209
Não circulante					605.699	575.369

Cronograma de amortização da dívida: As parcelas classificadas no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 têm o seguinte cronograma de vencimento: *Cronograma de amortização da dívida - Financiamentos:*

	Consolidado
	2024
2026	22.010
2027	22.010
2028	21.738
2029	21.357
2030 em diante	126.363
	213.478

Cronograma de amortização da dívida - Debêntures:	Consolidado
	2024
2028	400.000
Custo de captação (não circulante)	(7.779)
Total	605.699

	Consolidado	
Movimentação das dívidas	**2024**	**2023**
Saldo inicial	654.578	449.950
Captações	45.000	416.939
(–) Pagamentos do principal	(68.382)	(226.043)
(–) Pagamentos de juros	(70.278)	(49.992)
Provisão de juros (nota explicativa nº 19)	72.182	57.164
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	4.780	8.490
(–) Custo de captação do exercício	(844)	(4.598)
Amortização do custo de captação (nota explicativa nº 19)	2.327	2.668
Saldo final	639.363	654.578

O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2024 totaliza o montante de R$ 10.114 (R$ 11.597 em 31 de dezembro de 2023) no consolidado. a) Projetos BNDES: Entre junho de 2013 e novembro de 2015, a Controlada Prologos celebrou contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com valor nominal total de R$ 302.969, dos quais R$ 292.992 já foram desembolsados. Os financiamentos têm vencimentos entre novembro de 2025 e novembro de 2035. As garantias relacionadas a tal operação são: (i) garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Aegea"); (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e os direitos emergentes da Controlada Prologos limitados ao valor mensal de R$ 6.272; (iii) conta reserva; e (iv) penhor de 24% das ações da Controlada Prologos detidas pela Aegea. b) Debêntures: A Controlada Prologos emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie quirografária, conforme demonstrado a seguir:

			Datas de pagamento	
Emissão	**Data de emissão**	**Valor da emissão**	**Principal**	**Juros**
6ª emissão	Outubro/2023	400.000	Outubro/2028	Semestral da emissão

Em junho de 2024, a Controlada Prologos liquidou a dívida relativa à 4ª emissão de debêntures de valor nominal total de R$ 100.000. A controlada da Companhia realiza o acompanhamento das obrigações contratuais e todas as cláusulas restritivas referentes os financiamentos e debêntures estão sendo cumpridas integralmente pelo Grupo.

14. Outras contas a pagar:

	Consolidado	
	2024	2023
Arrendamentos *(i)*	74.769	2.605
Outros impostos diferidos	513	284
Outras contas a pagar partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	1.254	66
Outras contas a pagar	2.017	1.996
	78.553	4.951
Circulante	13.640	3.724
Não circulante	64.913	1.227

(i) A controlada Prologos possui contratos de arrendamentos relacionados a veículos, máquinas e equipamentos, imóveis e placas de energia. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a movimentação dos passivos de arrendamentos está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	2.605	987
Adições	84.194	2.918
Acréscimo de juros (nota explicativa nº 19)	4.720	155
Pagamentos	(16.750)	(1.455)
	74.769	2.605
Circulante	9.856	1.378
Não circulante	64.913	1.227

O cálculo do valor presente em 31 de dezembro de 2024 foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 10,61% a.a. (11,89% a.a. em 31 de dezembro de 2023). As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos semelhantes. Cronograma: As parcelas classificadas no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 têm o seguinte cronograma de vencimento:

	Consolidado
	2024
2026	9.294
2027	4.623
2028 em diante	50.996
	64.913

15. Depósitos judiciais e provisões: O Grupo é parte e está se defendendo nas respectivas esferas, em autos de infração, processos administrativos e/ou judiciais, notificações e reclamações decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais. O Grupo, com base nas avaliações dos assessores jurídicos internos e externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes dos riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais aos quais está exposto, assim como vem mantendo seus compromissos de depositar recursos judicialmente, quando requerido nos andamentos processuais.

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões	
Natureza	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Cíveis	2.787	2.812	1.609	2.078
Trabalhistas	334	282	1	103
Tributários	25.819	20.345	4.788	6.240
Ambientais	464	334	784	1.855
	29.404	23.773	7.182	10.276

Movimentação das provisões:

	Consolidado						
		Resultado					
Natureza	**2023**	**Adições**	**Reversões**	**Pagamentos**	**Ativo de indenização**	**Atualização monetária**	**2024**
Cíveis	2.078	7.325	(1.418)	(5.249)	(1.127)	–	1.609
Trabalhistas	103	139	(102)	(139)	–	–	1
Tributários	6.240	–	(239)	–	–	(1.213)	4.788
Ambientais	1.855	–	(1.071)	–	–	–	784
	10.276	7.464	(2.830)	(5.388)	(1.127)	(1.213)	7.182

	Consolidado						
		Resultado					
Natureza	**2022 (Não auditado)**	**Adições**	**Reversões**	**Pagamentos**	**Ativo de indenização**	**Atualização monetária**	**2023**
Cíveis	2.526	5.631	(1.725)	(4.331)	(23)	–	2.078
Trabalhistas	81	281	(80)	(179)	–	–	103
Tributários	6.899	–	(1.395)	–	–	736	6.240
Ambientais	805	1.149	(99)	–	–	–	1.855
	10.311	7.061	(3.299)	(4.510)	(23)	736	10.276

Processos considerados passivos contingentes: A controlada Prologos é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões cíveis, trabalhistas e tributários, as quais são consideradas como passivos contingentes nas demonstrações financeiras, por não se esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou que o montante das obrigações não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade. Tais ações e/ou processos foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda e somavam o montante de R$ 10.292 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 12.064 em 31 de dezembro de 2023), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com essas ações e/ou processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme segue abaixo: a) Processos cíveis: A controlada Prologos possui processos cíveis possíveis que correspondem principalmente às causas envolvendo pleitos de clientes com pedidos de refaturamento de contas, indenização por acidentes e danos morais, oriundos da relação de prestação de serviços pela controlada Prologos, no montante em 31 de dezembro de 2024 de R$ 5.258 (R$ 6.491 em 31 de dezembro de 2023) e não há processo individualmente significativo. b) Processos trabalhistas: A Controlada Prologos é parte envolvida também em processos possíveis relacionados a reclamações trabalhistas associadas à cobrança de horas extras e aviso prévio de ex-funcionários. Em 31 de dezembro de 2024, totalizam R$ 553 (R$ 1.349 em 31 de dezembro de 2023) e não há processo individualmente significativo. c) Processos tributários: A Controlada Prologos possui processos tributários possíveis que totalizam um montante de R$ 41 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 41 em 31 de dezembro de 2023) e não há processo individualmente significativo. d) Processos ambientais: A Controlada Prologos possui processos ambientais possíveis que totalizam um montante de R$ 4.440 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 4.183 em 31 de dezembro de 2023). Os principais processos referem-se à: • Ação movida pelos pescadores da região de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio/RJ no qual a Controlada Prologos e outras concessionárias de saneamento são acusadas de poluir um lago da região com o desaguamento dos esgotos. A Controlada Prologos instruiu os processos com decisão do órgão regulador concluindo pela não responsabilidade da Controlada Prologos no evento, posição ratificada pelo Consórcio Ambiental integrado pelos prefeitos e pelo órgão ambiental estadual. O valor estimado da demanda judicial em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 2.190 (R$ 1.933 em 31 de dezembro de 2023). • Processo administrativo referente ao auto de infração lavrado pela Secretaria de Meio Ambiente de Cabo Frio (SEMASA) por suposto não atendimento aos parâmetros legais de tratamento de esgotamento identificado em coletas de efluentes bruto e tratado, realizadas na ETE do Jardim Esperança nos dias 05/05/2021 e 13/07/2021, e na ETE Praia do Siqueira nos dias 13/07/2021 e 21/07/2021. O valor estimado da demanda judicial em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 1.500 (R$ 1.500 em 31 de dezembro de 2023). Depósitos judiciais: A Controlada Prologos possui depósitos judiciais que totalizam um montante de R$ 29.404 (R$ 23.773 em 31 de dezembro de 2023). O principal depósito judicial refere-se à: • A Controlada Prologos realizou depósitos judiciais no montante de R$ 25.596, atualizados até 31 de dezembro de 2024 (R$ 19.915 em 31 de dezembro de 2023) em ações judiciais questionando a incidência de ICMS sobre as tarifas de uso do sistema de distribuição e transmissão, TUSD e TUST (energia elétrica). **16. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social integralizado é de R$ 1.675 e está representado por 662.791 ações nominativas e sem valor nominal e 500.000 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

Aegea Saneamento e Participações S.A.	57,00%
Projeto Lake S.A.	43,00%
	100.00%

b) Reserva de capital: Nesta reserva está registrado parte do valor das ações emitidas pela Companhia. As utilizações possíveis dessa reserva estão constituídas no artigo 200 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). c) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foi constituída reserva de legal em função do saldo ter atingido o limite de 20% do capital social. d) Dividendos: Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	161.397	157.507
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	40.349	39.377
Dividendos destinados no exercício		
Dividendos destinados do resultado do exercício	126.614	124.123
Dividendos destinados do resultado de exercícios anteriores	33.384	14.878
	159.998	139.001
Proposta de dividendos adicionais do exercício		
Dividendos adicionais propostos	33.443	32.044

Em 30 de abril de 2024, a Companhia destinou o montante de R$ 32.044 a título de dividendos intermediários, dos quais R$ 18.265 foram destinados à acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. e R$ 13.779 foram destinados à acionista Projeto Lake S.A. Em 16 de dezembro de 2024, a Companhia destinou o montante de R$ 1.340 a título de dividendos intermediários, dos quais R$ 764 foram destinados à acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. e R$ 576 foram destinados à acionista Projeto Lake S.A. Na mesma data a Companhia destinou o montante de R$ 126.616 a título de dividendos intercalares, dos quais R$ 72.171 foram destinados à acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. e R$ 54.445 foram destinados à acionista Projeto Lake S.A. Na mesma data a Companhia pagou o montante de R$ 160.000 referente aos dividendos anteriormente destinados. e) Reserva de retenção de lucros: A Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.

17. Receita operacional líquida:

	Consolidado	
	2024	2023
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	609.711	568.245
Outros serviços indiretos de água	29.190	31.028
Outros serviços indiretos de esgoto	146	115
Receitas de construção ativo intangível	162.130	101.316
Total receita bruta	801.177	700.704
Deduções da receita bruta		
(–) Cancelamentos e abatimentos	(17.106)	(15.815)
(–) Tributos sobre serviços	(57.530)	(53.981)
Total da receita operacional líquida	726.541	630.908

18. Custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Pessoal	–	–	(35.307)	(26.676)
Conservação e manutenção	–	–	(5.115)	(4.916)
Serviços de terceiros	(118)	–	(49.364)	(44.557)
Materiais, equipamentos e veículos	–	–	(3.510)	(3.832)
Amortização e depreciação	–	–	(74.413)	(56.343)
Custo de concessão	–	–	(2.684)	(2.497)
Custos de construção ativo intangível	–	–	(158.951)	(101.316)
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	–	–	(1.449)	(100)
Baixa de títulos do contas a receber	–	–	(4.041)	(9.328)
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais	–	–	(4.634)	(3.762)
Energia elétrica	–	–	(22.864)	(26.300)
Produtos químicos	–	–	(5.725)	(6.523)
Locação	–	–	(2.203)	(12.456)
Publicidade e Propaganda	(47)	(4)	(3.145)	(3.069)
Outros	(3)	(3)	(3.388)	(1.687)
	(168)	(7)	(376.793)	(303.362)
Custos dos serviços prestados	–	–	(298.977)	(227.198)
Despesas administrativas e gerais	(168)	(7)	(77.816)	(76.164)

19. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
Receitas	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Rendimentos de aplicações financeiras *(i)*	34	2	28.618	19.281
Juros e multa recebidos ou auferidos	–	–	10.846	6.742
Outras receitas financeiras	–	–	3.904	3.819
Receitas financeiras	34	2	43.368	29.842
Despesas				
Encargos sobre financiamentos e debêntures (nota explicativa nº 13)	–	–	(72.182)	(57.164)
Descontos concedidos	–	–	(55.848)	(45.041)
Despesas e comissões bancárias	(2)	(2)	(2.393)	(2.485)
Ajuste a valor presente de clientes (nota explicativa nº 7)	–	–	(3.781)	(8.379)
Amortização do custo de captação (nota explicativa nº 13)	–	–	(2.327)	(2.668)
Juros de arrendamentos (nota explicativa nº 14)	–	–	(4.720)	(155)
Outras despesas financeiras	(2)	–	(10.064)	(5.797)
Despesas financeiras	(4)	(2)	(151.315)	(121.689)
Resultado financeiro	30	–	(107.947)	(91.847)

(i) As receitas de rendimentos de aplicações financeiras abrangem juros incorridos sobre as rubricas de caixa e equivalentes de caixa na controladora o montante de R$ 34 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 2 em 31 de dezembro de 2023) e no consolidado o montante de R$ 47 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 16 em 31 de dezembro de 2023). **20. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL):** a) Imposto de renda e contribuição social correntes: A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes dos tributos	161.397	157.507	242.212	235.776
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(54.875)	(53.552)	(82.352)	(80.164)
Resultado de investimentos	54.922	53.555	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido	(47)	(3)	(47)	(3)
Despesas indedutíveis	–	–	(706)	(701)
Bônus diretoria	–	–	(848)	–
Inovação tecnológica	–	–	164	60
Doações Lei Rouanet e Caráter desportivo	–	–	2.086	1.771
Programa de alimentação do trabalhador	–	–	798	743
Outras diferenças permanentes	–	–	90	25
Imposto de renda e contribuição social:				
Corrente	–	–	(79.331)	(78.154)
Diferido	–	–	(1.484)	(115)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	–	–	(80.815)	(78.269)
Alíquota efetiva	0%	0%	33%	33%

	Consolidado	
Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	**2024**	**2023**
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados	(79.331)	(78.154)
Saldos pagos referente à anos anteriores	(17.106)	(16.072)
Antecipação do IRPJ e CSLL	(26)	(18)
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	25.553	21.003
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	(70.910)	(73.241)
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente retenções na fonte	6.364	3.897
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19.189	17.106
Total	25.553	21.003

b) Composição e movimentação dos impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Consolidado		
	2023	Resultado	2024
Perdas de crédito esperadas	13.708	493	14.201
Provisão para participação nos lucros	1.056	327	1.383
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais	884	(175)	709
Ajuste a valor presente de clientes	7.388	1.285	8.673
Perda com clientes	252	2.790	3.042
Arrendamentos	35	589	624
Baixa por perda parcelamentos	29	(6)	23
Ativo fiscal diferido	23.352	5.303	28.655
Juros capitalizados	(19.054)	(522)	(19.576)
Custo de captação de financiamentos e debêntures	(3.466)	399	(3.067)
Amortização de intangível *(i)*	(13.861)	784	(13.077)
Diferimento do lucro dos órgãos públicos	(391)	(494)	(885)
Baixa de títulos do contas a receber	(18.234)	(5.484)	(23.718)
Arrendamento mercantil - Capitalização	–	(389)	(389)
Margem de construção	–	(1.081)	(1.081)
Passivo fiscal diferido	(55.006)	(6.787)	(61.793)
Passivo fiscal diferido líquido	(31.654)	(1.484)	(33.138)

	Consolidado		
	2022 (Não auditado)	Resultado	2023
Perdas de crédito esperadas	13.674	34	13.708
Provisão para participação nos lucros	947	109	1.056
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais	664	220	884
Ajuste a valor presente de clientes	4.539	2.849	7.388
Perda com clientes	261	(9)	252
Arrendamentos	24	11	35
Baixa por perda parcelamentos	82	(53)	29
Ativo fiscal diferido	20.191	3.161	23.352
Amortização de intangível *(i)*	(14.646)	785	(13.861)
Juros capitalizados	(17.104)	(1.950)	(19.054)
Custo de captação de financiamentos e debêntures	(2.705)	(761)	(3.466)
Baixa de títulos do contas a receber	(17.021)	(1.213)	(18.234)
Diferimento do lucro dos órgãos públicos	(254)	(137)	(391)
Passivo fiscal diferido	(51.730)	(3.276)	(55.006)
Passivo fiscal diferido líquido	(31.539)	(115)	(31.654)

(i) Conforme o artigo 69 da Lei 12.973/14, a diferença em 31 de dezembro de 2014 entre o total da amortização contábil e fiscal será adicionado na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, em quotas fixas mensais e durante o prazo restante de vigência do contrato, valor realizado em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 2.308 (R$ 2.308 em 31 de dezembro de 2023). **21. Instrumentos financeiros:** Visão Geral: O Grupo está exposto aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo sobre cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e do capital do Grupo. Estrutura de gerenciamento de risco: A Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco e os gestores de cada área se reportam regularmente à Companhia sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco do Grupo foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

continua

DocuSigned by
Estadão
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 86422304772
Data/Hora da Assinatura: 29/03/2025 | 00:33:09 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DF5A6BDE-6C70-460B-98C9-8EC6081E6F29

continuação

TERTÚLIA PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A. - Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. A Companhia visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, nas quais realiza aplicação direta em Certificados de Depósitos Bancários, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha, que detenham *rating* igual ou superior a AA. O *rating* são aqueles publicados pelas agências: *Fitch, Standard&Poor's e Moody's*, dentro da escala (i) global para aplicações no exterior, ou (ii) local para aplicações no Brasil. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Bancos conta movimento	5	144	113	9.485	5.418
Aplicações financeiras	6	–	–	134.906	265.184
Contas a receber de clientes	7	–	–	252.872	227.150
		144	113	397.263	497.752

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez do Grupo. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro do Grupo em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora		
2024	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses
Passivos			
Fornecedores e empreiteiros	17	17	17
	17	17	17

	Consolidado						
2024	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	48.053	48.053	44.660	3.393	–	–	–
Financiamentos e debêntures	639.363	1.004.713	99.795	107.676	106.681	505.070	185.491
Outras contas a pagar	78.553	131.052	20.734	15.443	9.991	7.695	77.189
	765.969	1.183.818	165.189	126.512	116.672	512.765	262.680

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade do Grupo, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. *Risco de mercado:* Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de juros - tem nos ganhos do Grupo. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

• Risco de taxa de juros: O Grupo está exposto a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, financiamentos e debêntures e outras contas a pagar. Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros expostos a taxa de juros era:

	Consolidado	
	2024	2023
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	134.906	265.184
Instrumentos de taxa variável		
Passivos financeiros		
Financiamentos e debêntures	649.477	666.175
Outras contas a pagar *(i)*	74.769	2.605
	724.246	668.780

(i) O saldo refere-se aos arrendamentos. O Grupo realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

	Consolidado							
			Taxa de juros	Cenários				
Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	efetiva a.a. em 2024	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	134.906	Variação do CDI	12,15%	16.391	20.489	24.587	12.293	8.196
2- Passivos financeiros								
Debêntures	(412.890)	Variação do CDI	12,15%	(50.166)	(62.708)	(75.249)	(37.625)	(25.083)
Financiamento	(178.192)	Variação da TJLP	7,43%	(13.240)	(16.550)	(19.860)	(9.930)	(6.620)
Financiamento	(58.395)	Variação da Selic	12,15%	(7.095)	(8.869)	(10.643)	(5.321)	(3.548)
1 + 2 - Exposição líquida	(514.571)			(54.110)	(67.638)	(81.165)	(40.583)	(27.055)

Gerenciamento do capital: O Grupo procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a fundos de investimentos e Certificados de Depósitos Bancários - CDB de liquidez imediata.

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros: No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros:

		Controladora					
				Valor contábil		Valor Justo	
	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	2024	2023	2024	2023
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa *(i)*	5	Custo amortizado	–	144	113	144	113
Total				144	113	144	113
Passivo							
Fornecedores e empreiteiros *(i)*	12	Custo amortizado	–	17	–	17	–
Total				17	–	17	–

		Consolidado					
				Valor contábil		Valor Justo	
	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	2024	2023	2024	2023
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa *(i)*	5	Custo amortizado	–	9.505	5.436	9.505	5.436
Aplicações financeiras *(i)*	6	Custo amortizado	–	8.044	8.245	8.044	8.245
Aplicações financeiras *(i)*	6	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	126.862	256.939	126.862	256.939
Contas a receber de clientes *(i)*	7	Custo amortizado	–	252.872	227.150	252.872	227.150
Total				397.283	497.770	397.283	497.770
Passivo							
Fornecedores e empreiteiros *(i)*	12	Custo amortizado	–	48.053	34.317	48.053	34.317
Financiamentos e debêntures *(ii)*	13	Custo amortizado	–	639.363	654.578	674.318	739.463
Outras contas a pagar *(i)*	14	Custo amortizado	–	78.553	4.951	78.553	4.951
Total				765.969	693.846	800.924	778.731

(i) Para estas operações a Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do vencimento dessas operações. *(ii)* Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI). **22. Compromissos vinculados a contratos de concessão:** A Controlada Prolagos possui compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 0,5% sobre o somatório das receitas das tarifas auferidas mensalmente, excluídos os tributos sobre elas incidentes. O contrato e seus aditivos, preveem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da concessão, em 2041, em R$ 848.379. A partir de 2023 até o final da concessão em 2041, 90% de coleta e tratamento de esgoto e 98% de produção e distribuição de água, nas áreas urbanas dos municípios da área de concessão; manter os níveis de redução de perdas em 30% até o final da concessão. **23. Aspectos ambientais:** O Grupo considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. O Grupo busca minimizar os riscos associados com assuntos ambientais, através de procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. O Grupo acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

Diretoria

Radamés Andrade Casseb
Diretor

Yaroslav Memrava Neto
Diretor

Contador

Marcelo Bogas
CRC SP 253488/O-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Tertúlia Participações e Administração S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tertúlia Participações e Administração S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tertúlia Participações e Administração S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 27 de março de 2024, sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2025

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Márcio Serpejante Peppe
Contador CRC 1SP233011/O-8

DocuSigned by
Estadan
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 29/03/2025 | 00:33:18 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/